

O ministro do Planejamento, João Sayad, confirmou para hoje assinatura de decreto estabelecendo um corte linear de 10% da despesa do orçamento fiscal, cujos recursos serão integrados ao item "reservas de contingência", para posterior aplicação, caso necessário. Ele disse que deverá presidir as comissões que examinarão as mordomias e a reforma tributária, sendo que a secretaria-executiva desta última ficará no Ministério da Fazenda.

Embora sem descer a detalhes, o ministro do planejamento deixou claro que haverá também um corte nas despesas das empresas estatais. Isso dependerá, contudo, de uma verificação mais demorada no processo de execução do orçamento da Sest (Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais).

A composição, as atribuições e o prazo de atuação das comissões especiais anunciadas ontem na primeira reunião ministerial do novo governo serão divulgadas hoje por Sayad, durante entrevista coletiva programada para as 18 horas, após seu primeiro despacho com o presidente em exercício, José Sarney.

Em princípio, ficou estabelecido que as comissões terão o prazo de 90 dias para proceder os levantamentos e estudos pertinentes, enviando ao presidente os resultados, os quais fornecerão elementos para as decisões que serão assinadas imediatamente.

Agricultura

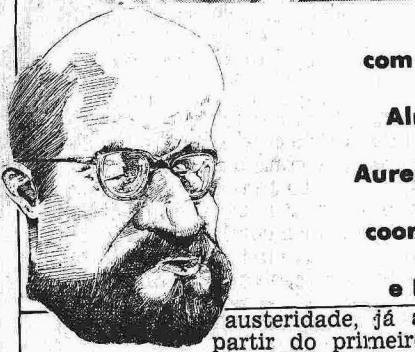
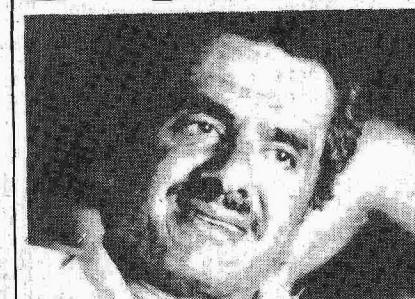
O ministro da Agricultura, Pedro Simon, afirmou ontem, após a primeira reunião ministerial, que a comercialização da safra não está incluída no plano de contenção dos gastos públicos nos próximos três meses. "É evidente que a comercialização não está incluída nisso, pois não se trata de uma obra nova que estamos iniciando. Este é um problema urgente, que vai ser discutido nos próximos dias".

Após a reunião, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, informou a Simon que também está muito preocupado com o problema da falta de recursos para a comercialização da atual safra. Por isso, no decorrer desta semana, os ministros da Fazenda, Agricultura e Planejamento vão iniciar as primeiras conversações para definir os meios de resolver o problema.

Na opinião de Simon, o primeiro assunto que mereceu destaque no pronunciamento do presidente Tancredo Neves foi a intenção do governo de primar pela austeridade nos gastos públicos. Pois acredita que é muito importante fugir à atitude de tomar medidas "bombásticas" logo no início de governo.

Para o ministro, o exemplo de

Falam os ministros



Pedro Simon, preocupado com a safra; Roberto Gusmão promete ajudar no combate à inflação; Almir Pazzianotto anulará cassações de dirigentes sindicais; Aureliano Chaves estuda nomes para a Eletrobrás e Itaipu; João Sayad coordenará comissões técnicas; Aluísio Alves cuidará do funcionalismo. e Paulo Lustosa, das microempresas.



austeridade, já a partir do primeiro escalão, dará autoridade ao governo para exigir o mesmo procedimento do restante da sociedade brasileira. "O próprio presidente nunca foi homem de cultuar o populismo e o aplauso fácil, mas é homem de pautar a sua vida ao nível de medidas concretas e objetivas, alicerçadas solidamente no embasamento popular."

O fato de o presidente ser o condutor das medidas vai, na opinião do ministro, impedir que ocorram brigas entre os próprios ministros, acabando com a oportunidade de alguns se sobressaírem mais que os outros. E a linha do governo, alicerçado num clima de ordem e austeridade, não vai impedir que ocorram reivindicações populares. "Ao contrário", diz o ministro, "é um dever de todo cidadão lutar pelos seus direitos, e isso o governo não deve impedir."

"Sério, democrático e transparente." Com estes adjetivos, o ministro da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão, procurou definir os contornos da reunião ministerial de ontem e do governo que se inicia. Ele anotou a recomendação contida no discurso do presidente Tancredo Neves com relação ao fortalecimento da micro e da pequena empresa no País e comentou que a restrição de gastos visa ao combate à inflação, "que é atualmente o maior desejo da Nação".

Sobre a possibilidade de privatização das exportações de açúcar, Gusmão preferiu não responder diretamente, afirmando que vai realizar amplo levantamento sobre a situação do setor. Disse também que vai verificar a existência, ou não, de fraudes no Instituto do Açúcar e do Álcool e garantiu a apuração de fatos irregulares.

Trabalho
O primeiro ato do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, a ser assinado hoje à tarde, será a reabilitação dos dirigentes sindicais cassados. Entretanto, o novo ministro não especificou o número de beneficiados, nem nomes, limitando-se a comentar que esta é uma medida de caráter geral.

Pazzianotto compareceu ontem à tarde ao Hospital de Base de Brasília, onde está internado o presidente eleito Tancredo Neves. Não se avistou com o presidente. Apenas teve acesso à esposa de Tancredo, dona Risoleta.

Almir Pazzianotto disse, durante sua visita, que a situação dos metalúrgicos em São Paulo preocupa. Mas salientou que as negociações estão em curso. Segundo o ministro, o comportamento adotado na solução das questões de greve será o mesmo da Secretaria do Trabalho, em São Paulo: muito diálogo.

Minas e Energia
O ministro Aureliano Chaves,

das Minas e Energia, disse que já escolheu quase toda a equipe de seu gabinete, mas não revelou nenhum nome, saindo-se mineiramente quando os repórteres pediram a confirmação de outros.

— Mário Bhering para a Eletrobrás? É um nome ótimo, trabalhou comigo no governo de Minas e a lembrança dele foi uma lembrança conjunta — minha e do governador Hélio Garcia.

Mas não disse que isso pudesse significar a confirmação da escolha de Bhering. Mais ou menos a menos coisa disse a respeito de Ney Braga, "um homem capaz de ocupar qualquer cargo nesse País", que estaria sendo lembrado para a presidência da Itaipu Binacional.

— Quanto a Itaipu — disse Aureliano — a escolha de um novo presidente ou a manutenção do general Costa Cavalcanti depende da decisão do presidente Tancredo Neves e do presidente do Paraguai.

Aureliano Chaves disse que começará hoje a avaliar os recursos de seu ministério, conforme a recomendação do presidente da República.

Funcionalismo
O ministro Aluísio Alves, da Administração, afirmou hoje que a política adotada nesta nova fase da vida brasileira é de redução dos gastos públicos e de valorização do funcionalismo.

Aluísio Alves informou que convocará os dirigentes classistas

para uma reunião nesta semana para se estabelecer um relacionamento referente ao setor.

Segundo o ministro, será necessária uma conciliação de interesses entre o funcionalismo e a União, pois o funcionalista não pode querer mais do que a União pode dar, se não ele terá nominalmente mais, e a União não poderá pagar seus vencimentos no final do mês.

As orientações do presidente Tancredo Neves são muito boas. "Era isso de que a Nação estava precisando", disse.

Microempresas

O ministro Paulo Lustosa, da Desburocratização, já determinou à sua equipe, durante a primeira reunião interna com seus assessores, que faça um levantamento de aplicação do Estatuto da Microempresa no País, já que este setor está-se deparando com a exigência de cobrança de taxas e emolumentos, por parte das juntas comerciais.

Numa longa reunião, que começou às 17 horas, nas dependências do Palácio do Planalto, e prosseguiu noite adentro, o ministro Paulo Lustosa se manifestou preocupado com o tratamento que as microempresas estão recebendo das juntas comerciais. Ele quer verificar se, do ponto de vista jurídico, estas taxas podem ou não ser cobradas.

O ministro disse que um projeto urgente de sua pasta será a implantação do juizado de pequenas causas, pelo qual lutou muito como parlamentar. Ele garantiu que fará um apelo aos governadores e representantes do Poder Judiciário para que comecem a implantar estes juizados, que define como "justiça dos pobres". Ele vai pedir aos governadores uma suplementação de verbas para o Judiciário com o objetivo de instalar estes juizados.

Todo o rigor no controle dos gastos públicos

O novo ministro da Fazenda, Francisco Neves Dornelles, reafirmou que a essência da política financeira da administração Tancredo Neves é controlar com todo o rigor os gastos governamentais. Como primeira medida de austeridade, Dornelles anunciou que promoverá um corte de 10% nos gastos públicos.

Embora o ministro não tenha dimensionado o volume do corte, este deverá representar economia de Cr\$ 10 trilhões no custeio e Cr\$ 3,4 trilhões nos investimentos das estatais, além de Cr\$ 2,5 trilhões no custeio da administração direta. Ressalvou, contudo, que, por não ser possível, só não haverá corte no pagamento do pessoal.

Segundo Dornelles, a economia de 10% nas despesas públicas permitirá transferir recursos para o crédito agrícola e para o setor exportador, dentro das diretrizes de ampliar a produção de alimentos básicos e manter o estímulo ao comércio exterior.

Dornelles já havia mostrado que pretende levar a sério a austeridade quando, antes mesmo de assumir, combinou com o então ministro do Planejamento, Delfim Neto, um corte de 80% nas despesas governamentais no primeiro trimestre. Isso tem por objetivo honrar o compromisso com o Fundo Monetário Internacional de reduzir o déficit público e a inflação.

O novo ministro também pretende punir, até com demissão, os diretores das empresas estatais que não honrarem o pagamento de sua dívida externa. Hoje, ele enviará um comunicado ao Banco do Brasil e ao Banco Central, cobrando, a partir de agora, o nome das empresas e de seus diretores que não honrarem o pagamento do débito.

Ao contrário do ocorrido no governo Figueiredo, Dornelles pretende aplicar contra os diretores a portaria da Procuradoria Geral da Fazenda que regulamenta a punição. Com isso, tentará evitar que o Tesouro Nacional cubra o débito das estatais, o que desvia o superávit fiscal de suas prioridades.